



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

AUDIÊNCIA PÚBLICA CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - PFL

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO	
AUDIÊNCIA PÚBLICA	
SUMÁRIO	
Mesa Executiva.....	02
Abertura da Audiência	02
Leitura da Normatização.....	03
Convidado:	
Dr. Cláudio Xavier	
Secr. da Saúde	03
Interpeladores:	
	Dep. Ney Leprevost.....04
	Dep. Stephanes Júnior08
	Dep. Rui Hara.....09
	Dep. Tadeu Veneri12
	Dep. Dr. Batista14
	Dep. Teruo Kato16
	Dep. Rosane Ferreira.....17
	Dep. Dobrandino da Silva19
	Dep. Waldyr Pugliesi.....19
	Encerramento da Audiência21

AUDIÊNCIA PÚBLICA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
COM O SECRETÁRIO DE ESTADO
DA SAÚDE, DR. CLÁUDIO XAVIER
À CONVITE DA COMISSÃO DE
SAÚDE PÚBLICA
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2007
(quarta-feira)**

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Ney Leprevost.

Abertura da Audiência:

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Bom dia a todos, agradecemos a presença das senhoras e dos senhores. O nosso agradecimento especial ao Secretário Estadual de Saúde do Paraná, o Dr. Cláudio Xavier, que aceitou o convite da Comissão de Saúde e espontaneamente compareceu na data de hoje, a esta Comissão para prestar esclarecimentos sobre três assuntos de fundamental importância: um deles a crise dos remédios no Estado do Paraná; segundo a falta de leitos de UTIs, no Estado do Paraná; terceiro a Emenda Constitucional nº 029 que estabelece investimento de 12% da receita do Estado em saúde.

Esta reunião conta com a presença dos Deputados estaduais Rui Hara, Tadeu Veneri, Rosane Ferreira.

Conta com a presença também dos Deputados estaduais Waldyr Pugliesi e Teruo Kato.

Leitura da Normatização:

NORMATIZAÇÃO Nº 001/07

O Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE NORMATIZAR os procedimentos formais para a realização de audiência com o Exmo. Sr. Secretário da Saúde Dr. Cláudio Murilo Xavier, na forma que segue:

Art. 1º A audiência será realizada no dia 20 de junho do corrente ano, na Sala das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com início previsto para as 10h00 e prazo de duração de 02 (duas) horas, contadas de seu início, improrrogáveis.

Art. 2º A pauta da reunião está definida, sendo que os assuntos a serem debatidos se resumem à Crise dos Medicamentos, leitos de UTIs e Emenda 29.

Art. 3º Os Deputados integrantes da Comissão tomarão assento em lugar destacado, sendo que o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde deverá ocupar o assento à direita do Presidente. (artigo 98, parágrafo 1º do RI).

Art. 4º Após a abertura dos trabalhos, pelo Presidente da Comissão, o Secretário de Estado da Saúde poderá fazer uso da palavra pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, sem apartes, para tratar única e exclusivamente dos assuntos constantes da pauta da reunião.

Art. 5º As interpelações dos Deputados membros da comissão, serão efetuadas no prazo máximo de 10 (dez) minutos, seguindo-se a ordem de inscrição junto à mesa, sendo o Presidente, autor do convite, o primeiro a iniciar os questionamentos.

Parágrafo Único. Os demais Deputados presentes à audiência, poderão formular suas interpelações, após os questionamentos dos membros inscritos, utilizando-se prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

Art. 6º O Secretário de Estado da Saúde terá o mesmo tempo das perguntas, para responder cada uma.

Parágrafo Único. Serão permitidas réplica e tréplica, pelo prazo máximo de 3 (três) minutos, cada.

Art. 7º Aplicar-se-á, no que couber, o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sendo que quaisquer dúvidas serão dirimidas pelo Presidente da Comissão.

Publique-se a presente nos editais da Comissão de Saúde.

Cientifique-se, da presente, os membros da Comissão e o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde.

Curitiba, 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

Convidado:

Portanto, dando início a esta reunião concedemos o tempo de 10 minutos, ao Exmo. Sr. Cláudio Xavier, Secretário da Saúde, para que possa tecer as suas considerações iniciais.

Sr. Cláudio Xavier - Secretário de Estado da Saúde

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Bom-dia a todos, cumprimento o Presidente da Comissão de Saúde, Ney Leprevost; a Deputada Rosane Ferreira, o Deputado Tadeu Veneri, o Deputado Rui Hara, Deputado Teruo Kato e Deputado Waldyr Pugliesi.

Primeiro engrandecer a idéia da iniciativa da Comissão de Saúde por essa reunião e deixar claro que sempre que formos convidados procuraremos estar presentes aqui à Assembléia Legislativa, não só pelo reconhecimento da importância desta Casa de Leis, mas também pela plena convicção de que cada vez que se discute a questão da saúde pública, ela com certeza é valorizada. Não tenho dúvida nenhuma que após esta audiência, essa reunião com a Comissão de Saúde, sairemos desta reunião com a saúde pública mais valorizada do que entramos.

Como entendemos, estivemos nesta Casa de Leis há duas semanas, numa Audiência Pública, que hoje, teríamos uma reunião técnica a respeito desses 3 assuntos. Fazemo-nos acompanhar de 3 pessoas: Diretor Geral Carlos Manoel, que vai comentar sobre a Emenda Consti-

tucional nº 029; Superintendente de Assistência à Saúde, o Dr. Gilberto Martin, que comentará sobre a questão das Unidades de Terapia Intensiva; e a funcionário Deise Pontarolli, que irá comentar sobre a Central de Medicamentos do Paraná

Gostaria de tecer alguns comentários sobre esses 3 assuntos.

Primeiro, com relação aos medicamentos. Não considero que o Paraná viva uma crise de medicamentos. Considero que o país, que o Brasil passa por um momento de decisão em relação à questão dos medicamentos excepcionais. O aumento com as demandas, o aumento dos investimentos e dos gastos em medicamentos, extrapolou tudo aquilo que se podia imaginar. Temos hoje no Brasil a questão dos medicamentos excepcionais como o grande ponto de questionamento dentro do SUS. Nós do Paraná passamos de R\$ 200 mil, de investimentos em demandas judiciais, para mais de R\$ 12 milhões, em 2006, por medidas judiciais. Só existem 2 medicamentos que a Secretaria da Saúde, que o Secretário, que o Governo do Estado podem disponibilizar à nossa população.

O primeiro é um medicamento que esteja dentro dos programas do SUS. Nós do Paraná, além daquilo que já existe no SUS, investimos em novos programas. O exemplo disso é a Insulina Glaglina, que apenas 4 estados disponibilizam como programa, que não há necessidade de demanda judicial para o nosso SUS.

O segundo tipo de medicamentos é aquele, sim, da demanda judicial. Noventa por cento dos medicamentos que os paranaenses recebem, medicamentos excepcionais, são mais de R\$ 120 milhões por ano. Mais de 90% dos medicamentos são oferecidos sem a necessidade da demanda judicial. Entendemos que o Paraná, hoje, ainda com tudo aquilo que o SUS vivencia na questão dos medicamentos, é uma das referências nacionais na questão dos medicamentos. Prova disso foi o pronunciamento do Sr. Secretário do Rio Grande do Sul, Presidente do Conselho Nacional, do Secretário da Saúde, ontem, em audiência coletiva à nossa mídia, à nossa imprensa.

A questão das UTIs - Unidades de Terapia Intensiva, só podemos disponibilizar a instalação das Unidades de Terapia Intensiva se mantivermos toda uma estrutura, não só do município, quanto do próprio estado. Entendemos que avançamos muito, chegamos a quase 50% de aumentos dos leitos das Unidades de Terapia Intensiva na última gestão. Ainda temos muito o que avançar.

Peço um parênteses à Comissão de Saúde para reforçar o que sempre colocamos: a saúde pública não se discute se está boa ou está ruim, porque nunca estaremos no ponto final. Sempre estamos, necessariamente, precisando continuar avançando. O que se discute em saúde pública é se estamos no caminho correto e se estamos avançando. E isso não temos dúvida: é inegável o investimento do estado. Passamos de menos de 200 milhões do Tesouro do Estado para mais de 600 milhões, Governo,

Tesouro do Estado, em investimentos em saúde pública. Dados oficiais junto ao Tribunal de Contas.

As Unidades de Terapia intensiva foram levadas a locais que nunca tiveram. Tanto se fala dos campos gerais, além do que dobrarmos os leitos em Ponta Grossa e que precisa, sim, de mais leitos, estamos trabalhando para isso, levamos pela primeira vez leitos de Unidade de Terapia Intensiva a Castro. Estamos disponibilizando agora uma Unidade de Terapia Intensiva em Andirá, regiões do estado que nunca tiveram Unidade de Terapia Intensiva.

Não vamos nos enganar: a Unidade de Terapia Intensiva só pode ser instalada e não depende de recursos do estado. Depende também de toda uma estrutura de apoio de profissionais e uma estrutura hospitalar naquele local.

Em relação à Emenda Constitucional nº 029, depois poderá ser avançado pelo Dr. Carlos Manoel, o Paraná não faz nada diferente daquilo que se faz no Sistema Único de Saúde em todo o Brasil.

Entendemos sim, que precisa ser regulamentada a Emenda Constitucional nº 029, porém, hoje não há nenhum cidadão dos 186 milhões de brasileiros que possa afirmar que água, investimento em saneamento, não seja investimento em saúde pública.

É isso que o nosso Governo acredita e é dessa forma que agimos.

Por isso, é importante salientarmos que o Paraná hoje tem um dos melhores sistemas de saúde pública do Brasil e um dos estados que mais prestigia se compararmos os 27 estados, o distrito federal, os funcionários da saúde pública.

É isso que gostaria de colocar, Presidente, inicialmente.

Interpeladores:

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Esta presidência agradece ao nobre Secretário Cláudio Xavier e aproveito para registrar a chegada do Deputada Dobrandino da Silva e do Deputado Duílio Genari. Também queremos reiterar e contamos com a presença dos Deputados membros da Comissão de Saúde: Tadeu Veneri, Rui Hara, Dr. Batista, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Rosane Ferreira.

Conforme estabelecido por esta Comissão de Saúde, passamos as perguntas inicialmente dos Deputados membros da comissão e posteriormente abriremos espaço para os demais Deputados se desejarem fazer as suas perguntas.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Na reunião da Audiência Pública há duas semanas, houve uma solicitação para que eu fornecesse à Comissão de Saúde todas as compras de medicamentos de 2006 a inegibilidade das compras por pregão eletrônico, dispensa de licitação e gostaria de passar às mãos dos senhores.

Deputado Ney Leprevost - Presidente da Comissão de Saúde

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Agradeço ao Secretário.

Estaremos utilizando esses documentos posteriormente.

Conforme as regras que estabelecem que o Deputado que faz o convite inicia fazendo as perguntas, pediria que o meu tempo começasse a ser cronometrado e daria início, Secretário fazendo uma pergunta baseado em informação que foi amplamente divulgada pela imprensa.

A Procuradoria Geral do Estado teria chegado à conclusão que uma máfia formada por advogados de laboratórios farmacêuticos seria responsável pela indústria de liminares que obriga o Governo a fornecer medicamentos especiais e caros a pacientes, de fato, carentes ou nem sempre. Essa indústria é que fez, no entendimento da Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria da Saúde e do próprio Governador Roberto Requião, aumentar a demanda por remédios gratuitos no estado, obrigando o Governo a elevar seus gastos de 2003 até agora, de alguns milhares de reais para muitos milhões. A revelação sobre a suposta existência dessa quadrilha, segundo fontes bem informadas, foi feita ontem, no caso anteontem, a matéria de ontem pelo Governador Roberto Requião aos participantes da reunião semanal da Comissão Mãos Limpas, seguida, naturalmente, dos adjetivos de praxe.

Para chegar à identificação da suposta quadrilha, a Procuradoria Geral do Estado fez um intenso trabalho de investigação, cujos resultados reunidos num relatório em que não faltariam os nomes dos pretensos envolvidos, já teria sido encaminhados ao Ministério Público Estadual e à Polícia Federal para as providências cabíveis. O senhor confirma ou nega essa informação, Secretário?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Sr. Deputado, não tenho condições nem de confirmar, nem de negar. O que eu tenho são alguns questionamentos que estamos encaminhando à Procuradoria Geral do Estado.

Primeiro, a questão dos medicamentos excepcionais deixou de ser há alguns meses uma questão só da Secretaria de Estado da Saúde. É impossível atendermos, com a estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, mais de 1.070 ações judiciais por medicamentos. São mais de 400 itens solicitados por via judicial. A partir disso, no início do ano fomos até o Sr. Governador falar desse grave problema que, no meu entender e aí agora não falo como gestor da saúde, falo como cidadão, como médico, coloca em risco o Sistema Único de Saúde, nacionalmente, a questão dos medicamentos excepcionais. Como médico e como partícipe de todo esse processo do Sistema Único de Saúde, vejo o Sistema Único de Saúde em risco nos próximos anos, se a questão dos medicamentos excepcionais não for trazida

para a sociedade como agora faz aqui a Comissão de Saúde Parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A questão dos medicamentos chegou a um limite. Tenho colega preso na Polícia Federal no mês passado, tive 4 mandados judiciais, são pedidos de prisão do Secretário por medicamentos e alguns nem receita médica têm. A questão extrapolou. Temos, sim, o registro dos medicamentos excepcionais caríssimos que são receitados mais naquela regional de saúde, por aquele escritório de advocacia e com aquela receita daqueles médicos. Eu não sou Investigador de Polícia, sou Secretário do Estado da Saúde, cabe a mim, no meu entender, uma política de gestão de saúde pública, porém, Sr. Deputado tudo foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado, que irá prestar contas daquilo que foi encaminhado à Polícia Federal ou encaminhado ao Ministério Público.

Acredito, sim, que temos que rever, toda a sociedade, a questão dos medicamentos da saúde pública, sob pena de colocarmos em risco todo o Sistema Único de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Mas Secretário, então houve o encaminhamento de uma denúncia ao Ministério Público ou a Polícia Federal?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Eu não fiz a denúncia, Deputado, eu encaminhei os dados à nossa Central de Medicamentos, à Procuradoria Geral do Estado. Nós levantamos todos os pedidos de medicamentos, de acordo com as regionais e o que vemos é uma situação muito difícil, porque são pacientes fragilizados, são pessoas que padecem de algum mal. Todos nos sensibilizamos e no meu entender a intenção da Assembléia e da Secretaria da Saúde é a mesma. Nós não estamos à frente da Secretaria de Saúde para fazer economia com remédios, porém, somos obrigados a não comprar no escuro.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

É difícil inquirir uma pessoa educada, sensata, ponderada como o Secretário Cláudio Xavier. Até me sinto constrangido, mas tem algumas perguntas que lamentavelmente tenho que fazer, até no cumprimento da função constitucional dessa Comissão de Saúde.

Existe uma Resolução Conjunta nº 018/04, da procuradoria Geral do Estado e da Secretaria Estadual da Saúde. O que diz essa resolução conjunta? O senhor se recorda do teor dessa resolução?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Não.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

O Procurador Sérgio Botto de Lacerda cobrou, e tenho aqui uma cópia da sua resposta. Ele cobrou o

não cumprimento dessa Resolução Conjunta nº 018/04, cobrou do senhor no início do mês de fevereiro. E o senhor respondeu no dia 06 de março de 2007 que a Secretaria de Estado da Saúde, em conjunto com o Centro de Medicamentos do Paraná, estaria realizando reuniões com a Associação Médica para reforço e criação de novas câmaras técnicas, visando atender a essa resolução conjunta. É o que diz o ofício assinado por V. Sa. E nesse mesmo ofício o senhor informa que está sendo estudada a viabilidade de uma implantação de uma assessoria técnica, administrativa e jurídica no CEMEPAR, para dar maior agilidade e fluidez aos processos, evitando demandas judiciais. Essas câmaras técnicas estão funcionando? Essas reuniões com a Associação Médica avançaram? Porque pelo o que pude perceber aqui, essa resolução conjunta trata da compra de medicamentos, e ela é de 2004, ou seja, o Procurador estaria cobrando o cumprimento de uma resolução que não teria sido cumprida?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Desde 2004, Deputado Leprevost, nós temos uma câmara técnica, um grupo técnico de trabalho, junto à Procuradoria Geral do Estado. Dessa câmara técnica fazem parte a Presidência, ou a Diretoria da Central de Medicamentos do Paraná, e a Procuradoria Geral do Estado, através de duas Procuradoras, a Dra. Cristina Leitão e a Dra. Vera Paranaguá. Está sendo cumprida desde então essa resolução.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Secretário, saberia me dizer quem é Ivone Terezi-nha Ranzolin?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Não sei lhe dizer, Deputado, não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

E para que serve o medicamento Etanercept?

A SRA. DEISE PANTAROLLI

Bom-dia. Até para entendermos um pouco a questão do medicamento, queria conceituar a questão do medicamento excepcional. Esse medicamento tem sido utilizado de uma forma muito generalizada. O medicamento excepcional é um programa do Ministério da Saúde que tem o financiamento das Secretarias Estaduais da Saúde, onde ele fica caracterizado num grupo de medicamentos que são, via de regra, de alto custo, custo unitário, ou que ao longo do tempo, pela necessidade do seu uso, esse tratamento fica muito caro. Então, esse grupo de medicamentos que hoje tem protocolos clínicos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, é utilizado em todo o território nacional, cada estado faz o gerenciamento, a compra, a distribuição, mas a regra é estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Então quando começamos a dizer a questão de mandados judiciais para medicamentos excepcionais, acho que são coisas que até denigrem o programa que está sendo muito bem conduzido na grande maioria dos estados brasileiros. No estado do Paraná temos 40 mil usuários dentro desse programa, com regularidade de atendimento, com todo esforço para que isso aconteça. Então, é importante conceituar a questão do medicamento excepcional. É um medicamento que tem uma característica de atender doenças graves, e normalmente doenças raras, que têm cobertura e que têm protocolos estabelecidos. Esses protocolos são clínicos, não são protocolos burocráticos. Esses protocolos são colocados nas condições dos pacientes, quais os critérios que eles têm que apresentar, até para segurança do próprio paciente. Então, em que condições ele está apto a ingressar na clínica, nesse protocolo, e ser atendido dentro desse programa.

Quando colocamos que muitos dos medicamentos das demandas judiciais, chamamos de excepcionais, talvez seja por essa similaridade do custo. Então, medicamentos que até consideramos que pudessem ter a característica de vir a ser um medicamento excepcional, que tem a necessidade de ter um protocolo implantado, pode ser um medicamento demandado judicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Peço desculpas por interrompê-la, mas apenas para explicar o porque da minha pergunta, por que perguntei para que serve o medicamento ...

O SR. TADEU VENERI

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas para que possamos ter um entendimento exato do andamento que estamos seguindo, no início o senhor colocou que, obviamente que como Presidente, o senhor faria por 10 minutos as perguntas e, depois, as respostas seriam feitas por 10 minutos e a réplica, na sequência ...

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

No sistema de perguntas, réplica, tréplica ...

O SR. TADEU VENERI

Só gostaria de saber se esses 10 minutos o senhor vai utilizar todo ele de uma forma geral para depois serem feitas perguntas, porque senão vamos ficar 40 minutos o senhor dialogando com a Secretária, pelo que estamos vendo no relógio, e não vai haver tempo para os demais Deputados fazerem perguntas. Só gostaria de fazer esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Só pediria para a Mesa que me informe quanto tempo nós utilizamos.

Foram utilizados 4 minutos e onze. São 10 minutos corridos, Deputado, com direito a 2 minutos de prorrogação. Acho que assim fica um bom tempo para que todos os Deputados possam fazer as perguntas. Apenas vou pedir para que sejam descontados esses 2 minutos e, depois quando a Secretária tiver colocações para fazer, fora as colocações do Secretário, nós deixaríamos para o final. Certo?

Apenas, objetivamente, para que serve o medicamento Etanercept e se a senhora conhece Ivone Terezinha Ranzolin ou se o Secretário conhece. Eu passo essa pergunta e explico por quê: a procuradoria Geral do Estado, durante o mês de fevereiro, encaminhou para diversos municípios do Paraná, ofícios solicitando informações sobre a compra de remédios com dispensa de licitação. Eu tenho aqui as respostas de diversos desses ofícios, respondidos por Procuradores de todo estado do Paraná, e chama atenção que, na grande maioria dos municípios, aparece a advogada Ivone Terezinha Ranzolin como tendo obtido liminares com dispensa de licitação para compra de medicamentos e, na maioria dos lugares, esse medicamento é o Etanercept.

Essa advogada conseguiu liminares para comprar esse remédio em União da Vitória, em Cascavel, em Ponta Grossa, em Umuarama, em Foz do Iguaçu, em Pato Branco, na região metropolitana de Curitiba, em Campo Mourão, em Londrina, em Maringá, em Curitiba. Tudo indica que, ou essa pessoa é uma boa samaritana que está se dedicando a ajudar as pessoas doentes em todo Estado do Paraná, ou, realmente existe uma máfia de medicamentos, como o Governador Requião denunciou na Operação Mãos Limpas, na última segunda-feira. Então, é isso que estamos tentando esclarecer.

Acredito que o objetivo do Secretário e dos Diretores da Secretaria de Saúde é o mesmo que o nosso: moralizar essa questão e normalizar a entrega de remédios, principalmente para as pessoas mais carentes do nosso estado, que estão sofrendo com esse problema.

A senhora tem notícias de quem é Ivone Terezinha Ranzolin e sabe me dizer para que serve esse remédio?

A SRA. DEISE PONTAROLLI

Esse medicamento é utilizado em situações de artrite reumatóide, em artrite psoriática e espondilite anquilosante. Realmente, existe uma situação, e não é só essa, em que um medicamento é demandado por uma pessoa, no caso essa senhora é advogada, e acaba quase que representando um grupo de pacientes, provavelmente pacientes portadores de artrite reumatóide, artrite psoriática e espondilite anquilosante.

Existe essa coincidência de ações, pelo estado inteiro, de um produto que, se comprado por dispensa de licitação, Deputado, é porque assim a lei permite. É um produto de fornecimento e de fabricação exclusiva. Nós só podemos comprá-lo do laboratório que produz, não existe concorrência para isso. Essa é a situação de vários medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Mas com a sua experiência, a senhora não acha muita coincidência uma mesma advogada, em diversos municípios do Paraná, conseguindo as dispensas de licitação sempre para compra de um mesmo e único medicamento?

A SRA. DEISE PONTAROLLI

Ela não consegue a dispensa da licitação. Ela consegue é agilizar uma ação. A Secretaria tem que cumprir, pois se trata de uma ordem judicial. Uma coisa aprendemos, ordem judicial nós atendemos.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Não estou em momento algum culpando a Secretaria por isso. Estou tentando dirimir se a afirmação do Governador Requião de que existe uma máfia de medicamentos no Paraná é procedente.

A SRA. DEISE PONTAROLLI

Estou dizendo que existe esta coincidência do laboratório, do advogado, e que apontam para situações de alguns medicamentos que estão prescritos no estado inteiro. Acho que isso que está sendo investigado, Deputado, cabe à Secretaria apontar, porque temos os dados do mesmo laboratório, do mesmo advogado, para o mesmo produto. Isso está sendo encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Agradeço.

Secretário Cláudio Xavier, com toda sinceridade, gostaria que o senhor me respondesse: o senhor esteve aqui há duas semanas atrás, na prestação de contas da Assembléia Legislativa, e fez uma pergunta a V. Exa. sobre essa questão de medicamentos. Perguntei se ocorreu alguma irregularidade que o senhor tivesse notícias. Não propriamente da Secretaria, mas alguma irregularidade que o senhor tivesse notícias, que pudesse ter motivado o Governador Roberto Requião a avocar para si a decisão de autorizar, pessoalmente, as compras de remédios excepcionais. E o senhor foi categórico. O senhor disse, diante de todos os Deputados: "Não existe nenhuma irregularidade, pelo menos que eu tenha conhecimento."

Ou seja, até duas semanas atrás o senhor não tinha conhecimento desses indícios que acabamos de colocar aqui?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Sinceramente, Deputado, não tenho indícios de irregularidades. Tenho indícios de regularidades. Esse é um problema nacional que queremos discutir. Não com os meus Diretores da área da saúde, mas com a sociedade do Paraná, através dos senhores. Isso não é uma irregularidade, é uma regularidade, está acontecendo em todo o país. E não está acontecendo só com o Etanercept, está acontecendo com vários medicamentos, está ocorrendo

com várias associações de pessoas que sofrem do mal, está acontecendo nacionalmente e isso compromete o sistema de saúde. Esse problema, queremos trazer para discutir, Deputado, com a sociedade, através dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Mas, Secretário, se isso não é uma irregularidade, por que a Procuradoria Geral do Estado fez esta investigação sobre compra de remédios com dispensa de licitação?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Porque isso pode colocar em risco o Sistema Único de Saúde em todo o Brasil e em especial no Paraná. Precisamos de todo o Governo envolvido na questão dos medicamentos. Não é só a saúde pública que compra medicamentos. A Secretaria da Ciência e Tecnologia compra para os Hospitais Universitários; a Secretaria da Justiça compra para o Instituto Médico Legal; a Secretaria da Segurança compra para o Hospital da Polícia Militar; então, precisamos centralizar, usar a nossa Procuradoria Geral do Estado para levantar esses questionamentos; ter uma agilidade de cobrar isso junto ao Ministério da Saúde, pode fazer o registro de preços que não é feito pela Secretaria da Saúde e sim pela Secretaria da Administração.

A questão dos medicamentos extrapolou desde há muito, as Secretarias de Estado e da Saúde. É uma questão de todo Governo e de toda a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Voltando à denúncia do Governador Requião, de que existia uma máfia de laboratórios e de advogados, criando uma indústria de liminares para obrigar o Governo a fornecer medicamentos especiais e caros a pacientes, de fato, carentes, ou nem sempre carentes, perguntaria à Diretora da área, se ela saberia me dizer o nome dos advogados e dos laboratórios, aos quais o Governador Roberto Requião se referiu na última segunda-feira, durante a Operação Mãos Limpas?

A SRA. DEISE PONTAROLLI

Não saberia exatamente o que o Governador tem em mãos nesta situação. Temos esse caso caracterizado que o senhor colocou, da Dra. Ivone; temos uma outra situação encaminhada no ano passado de um grupo de usuários de Maringá, que tem mais uma ação com outro medicamento com outro laboratório, também um outro advogado. São 2 grupos que aparecem com clareza pelo número de ações, caracterizando o mesmo medicamento, o mesmo advogado e o mesmo produto e talvez até o mesmo médico. Existe uma situação de chamar a atenção para aquele produto. Pensamos que esse produto possa ser incorporado no sistema do Ministério da Saúde. Isso não é uma ação só do Paraná, essa ação que diz respeito a forçar a entrada de um medicamento para ser padronizado no

SUS, é uma prática que já acontece de outras formas. Exatamente nesses 2 casos temos essa exemplificação, inclusive do caso de Maringá temos um relato em mãos de quem seriam essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Agradeço. Tenho uma série de outras perguntas, mas para não extrapolar no tempo, até em respeito a todos os Deputados presentes, concluiria meu questionamento e essa é realmente a nossa prioridade. É claro que as investigações são importantes, vamos tentar descobrir quem é essa advogada, vamos tentar descobrir com o Governador quais foram esses laboratórios. A Comissão de Saúde vai investigar se existe mesmo uma máfia de medicamentos e se existir, queremos os responsáveis na cadeia, atrás das grades, porque não é possível que se admita que pessoas carentes deixem de ter o seu sofrimento aliviado e tenham a sua vida colocada em risco devido a um problema como esse. Mas, acredito que os nossos objetivos são semelhantes.

Para concluir o meu tempo, perguntaria ao Secretário da Saúde, Cláudio Xavier: o senhor seria capaz de fornecer à Comissão de Saúde, às pessoas que estão acompanhando esta reunião, de especificar uma data para que o fornecimento de remédios no estado do Paraná esteja completamente normalizado?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Gostaria, antes de responder, de colocar como representante do Governo, como Secretário da Saúde, de fazer um registro público de elogio à Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Paraná, pelo que levantou, pelos dados que trouxe aqui a esta comissão. E dizer que o prazo máximo, no meu entender, seria para ontem. Não aceito, enquanto médico - sou pediatra há mais de 20 anos - a falta de qualquer medicamento para qualquer doente do Paraná. Porém, precisávamos de algumas mudanças, de alguns avanços. Há cerca de 1 mês, vivemos uma nova realidade no Sistema Único de Saúde. Os laboratórios são obrigados a oferecer um desconto chamado CAP, esse Coeficiente da Adaptação de Preço ao Poder Público em que pegamos o menor preço-fábrica e damos um desconto de 24,69%. E muitos laboratórios não forneciam preços em cima disso.

Então, tenho certeza de que a descontinuidade de alguns medicamentos não era o nosso objetivo. Não foi possível não haver essa descontinuidade, porém não consigo dar um prazo máximo, Sr. Deputado, Sr. Presidente da Comissão, porque não aceito esse prazo máximo. Dou o prazo máximo ao senhor que hoje à tarde vou estar reunido com a minha diretoria tentando resolver isso, porém, colocando de uma forma prática perante esta comissão, que este mês de junho será o último mês que o paranaense escuta que algum medicamento esteja em falta.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Obrigado Secretário.

Passamos a palavra, para que faça os seus questionamentos, ao Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente desta Comissão, Ney Leprevost, Secretário da Saúde Cláudio Xavier, caros Deputados, Deputadas, membros da Comissão de Saúde, senhoras e senhores.

Vou ser breve. Apenas quero externar, primeiro, a minha satisfação de ter o Secretário da Saúde, aqui, Dr. Cláudio Xavier, a quem respeito e tenho apreço. Acho que o trabalho da Secretaria da Saúde do Estado do Paraná é muito bem realizado.

Tenho uma preocupação em duas áreas: uma já externada pelo Deputado Estadual Ney Leprevost, a questão dos medicamentos. Sou muito ligado a várias instituições de portadores de doenças crônicas, que vão tê-las para o resto da vida. Essas entidades cuidam normalmente de pessoas carentes. O Presidente da associação - em nível de Brasil, Sérgio Sampaio, está aqui - trata da doença chamada fibrose cística. As crianças que não têm uma enzima no aparelho digestivo, que se não descoberta cedo essa doença, vem a falecer, por vários outros motivos.

Essa situação muito me preocupa, assim como o pessoal do Parkinson e outras entidades, à falta do medicamento. Independente da questão de termos ou não uma situação para ser resolvida, a questão de preços e de fornecimentos indevidos de medicamentos para pessoas que não precisam ou através de uma máfia, não se pode, em função disso, deixar de fornecer todo mês o medicamento a eles. Essa é uma preocupação que tem que se levar em conta e não pode haver nenhum dia a falta de medicamento, porque eles precisam todo dia desse medicamento.

À questão dos hospitais regionais, considero essa situação muito importante. Esse Governo fez uma descentralização no atendimento, que considero muito importante e que tem que ser completada agora. Acho que o trabalho feito pela Secretaria é muito bom. Temos em Araucária um hospital regional que está sendo construído e está em fase final, que é fantástico e existem em outras áreas no Paraná. Mas as obras estão muito lentas.

Gostaria de perguntar como está a situação desses hospitais e também em alguns casos específicos, se poderia se fazer uma nova abordagem do tema, em Ponta Grossa e Campo Mourão. Ao invés de termos o hospital regional do Governo, se não seria melhor se investir na Santa Casa - em Campo Mourão tem uma estrutura fantástica, está pronta para ser utilizada, tanto quanto em Ponta Grossa. Acho que o custo vai ser menor, os hospitais estão prontos, são filantrópicos e atenderiam à demanda da região muito bem.

Quero perguntar também de um outro hospital, que é o Centro Hospitalar de Reabilitação Física do Paraná. Para mim esse é um modelo, que a saúde do Paraná está fazendo. É um hospital melhor, ou no mínimo igual ao Sara Kubitschek, pelo tipo de atendimento. É um hospital que acompanho, que tem parceria com a APR, a sua parte física está pronta. Acho que agora está na fase de equipagem do hospital e vai começar a funcionar em agosto ou setembro. Ele vai ser um modelo para o Brasil, irá atender pessoas que têm problemas motores, paraplégicos, tetraplégicos, pessoas com problemas de coordenação física e tantos outros. Vai ter cirurgia, fisioterapia e acompanhamento psicológico. Acho que será o melhor hospital do Brasil nessa área.

Quero parabenizar a Secretaria da Saúde por essa iniciativa, na pessoa do Cláudio Xavier, porque esse hospital que está sendo montado é muito bom.

Quero apenas perguntar qual a previsão para ele entrar em funcionamento.

Muito obrigado.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Não tenho nenhum motivo para tréplica. A partir do que o Deputado colocou, eu gostaria de, pontualmente, fazer algumas considerações. Primeiro, Deputado, o senhor vai estar presente nessa inauguração. Eu queria lhe parabenizar pelo trabalho que executa na área dos deficientes e dos que necessitam de terapia.

Trabalho com deficientes, na área da reabilitação, como Secretário da Saúde, há 4 anos e meio. Sei que o senhor trabalha há décadas. Parabéns pelo seu trabalho e esperamos corresponder.

O hospital, infelizmente o senhor não vai estar inaugurando em agosto ou setembro, mas somente no final do ano. Porém, hoje de manhã estamos realizando Audiência Pública para os equipamentos que serão licitados. Vamos trabalhar primeiro com o modelo canadense - temos um convênio com Quebec, que vieram aqui e o hospital é uma adaptação brasileira do Hospital de Reabilitação de Montreal, que é um dos mais reconhecidos no mundo e vamos trabalhar junto com a Associação Paranaense de Reabilitação e junto com a Universidade Federal do Paraná, em um modelo misto, nos moldes do que existe no nosso Hospital do Trabalhador em Curitiba. Sem dúvida vai ser um marco, porque o sul do Brasil não tem nenhum hospital de reabilitação.

Em relação aos medicamentos, não tenho nada a complementar. Acho que o senhor está absolutamente correto. Independente de qualquer avanço no rito de compra de medicamento, não podemos aceitar passivamente nenhuma falta de medicamento. Além do Presidente estar aqui, eu tinha algumas dezenas, como pediatra, de pacientes portadores de mucoviscidose e é inaceitável a falta de medicamentos. Isso não tem nada que complementar e eu só gostaria de reforçar e parabenizar as suas palavras.

Em relação aos hospitais regionais, há uma falta de esclarecimentos, talvez, em algumas áreas. Primeiro, não estamos só construindo hospitais regionais, pois temos hospitais regionais desde 2003 e assim que assumimos, vimos a situação que a saúde se encontrava - a saúde funcionava no Paraná a meio período, sendo os hospitais todos com dificuldade, como têm dificuldades históricas. E o que fizemos? Não havia tempo, nem orçamento e nem previsão para construirmos. Temos 31 hospitais regionais que funcionam desde 2003 no Paraná, nos moldes que o senhor colocou, exatamente usando a estrutura presente.

Por exemplo o Hospital do Câncer em Londrina, o Hospital Universitário em Londrina e a Santa Casa em Londrina já são hospitais universitários há 3 anos. O Hospital Universitário e a Santa Casa de Maringá já são hospitais universitários há 3 anos. O Hospital São Paulo em Umuarama, o hospital em Paranavaí, o hospital em Pato Branco, o hospital em Francisco Beltrão, enfim são 31 hospitais e a própria Santa Casa de Ponta Grossa recebe R\$ 100 mil, fora a produção do SUS desde 2003, o que todos nós sabemos e não vamos entrar em uma perda de tempo se isso resolve ou não resolve, mas auxilia muito. E partimos para a construção de alguns hospitais que precisam ser construídos, como o Hospital de Queimados em Londrina, que está prestes a ser entregue, esse de reabilitação que o Deputado Reinhold Stephanes Júnior colocou, um hospital em Ponta Grossa, e em Ponta Grossa não estou conseguindo abrir todos os leitos de UTI, por exemplo, que eu gostaria.

Sei que o Deputado Marcelo Rangel está em Brasília e faz parte da Comissão de Saúde, mas temos o compromisso de abrir 38 leitos e estamos atrasando porque não conseguimos, dentro dos hospitais públicos. Não há leito de UTI para abrir em Ponta Grossa, tanto quanto eu queria. Assumimos com 17 leitos de UTI e temos 38. É bom? Não sei se é bom. Precisa mais, porém fizemos tudo.

Então, existem alguns lugares que temos que construir, como exemplo o hospital no litoral, em Paranaguá, e o hospital em Ponta Grossa, regional dos campos gerais. Porém, a sua idéia dos hospitais regionais está sendo feita e, sem dúvida, precisamos não só expandir, como aperfeiçoar.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Agradecemos ao Secretário e passamos a palavra, pela ordem de inscrição, ao Deputado Rui Hara.

Deputado Rui Hara

O SR. RUI HARA

Muito bom-dia Secretário Cláudio Xavier, sua equipe e nosso Presidente, Deputado Ney Leprevost!

Acredito que o trabalho da Comissão de Saúde deveria ser pró-ativo. Eu inverteria, porque as questões

colocadas aqui e que seriam a temática da reunião, que seria a crise dos remédios, a falta de leitos de UTI e a Emenda Constitucional nº 029, acho que são questões de uma abrangência bastante grande e que têm a questão realmente do viés político.

O único questionamento que eu faria para o senhor, Dr. Cláudio Xavier, seria a questão do desabastecimento: por que isso realmente aconteceu e que venha, realmente, tirar de vez a dúvida.

A questão futura de se criar ou não comissões, junto com a Associação Médica, junto com o Conselho Regional, seria mais com a Associação Médica, eu entendo que é uma necessidade.

Também temos essa vivência junto à UNIMED Curitiba, junto ao nosso hospital em São José dos Pinhais, sabemos realmente a dificuldade que tem essa questão de novos medicamentos. A medicina avança a cada dia e a sociedade, como um todo, gostaria que para seu ente querido tivesse o medicamento mais moderno. Isso é claro, mas existe essa dificuldade nesse sentido entre a possibilidade econômica do Governo ceder a tudo que a sociedade entende como seu direito e a possibilidade, realmente, econômica.

Nós, como usuários do sistema, sabemos quando temos um ente querido nosso precisando de medicamento, que a coisa fica complicada. Então, sabemos que é muito difícil e a maioria da população realmente não tem acesso a muitos medicamentos.

Então, gostaria de fazer a pergunta ao contrário. Como nós, Deputados, membros da Comissão de Saúde, poderíamos estar auxiliando a Secretaria Estadual da Saúde nesse sentido, na crise dos medicamentos, se de alguma maneira, temos 5 Deputados médicos, o Dr. Batista, e eu que estamos na Comissão, mais 3 Deputados médicos, como poderíamos estar colaborando também junto à Secretaria para acabar de vez e criar uma normatização na questão dos medicamentos?

A questão das UTIs também. Sabemos, cada Deputado, o Dr. Batista é da região de Maringá, eu sou de Curitiba, o Cheida é de Londrina, então cada Deputado tem uma região, o Deputado Felipe Lucas é de Irati, e o Accorsi é de Loanda, região noroeste. Temos conhecimento das necessidades locais, o que nós, eu não sei que viés político que isso pode ter, porque acho que como você colocou na Audiência Pública que a saúde é suprapartidária, a saúde, acho que não tem Situação ou Oposição, a saúde é uma coisa realmente de necessidade da população. Como nós poderíamos estar colaborando em termos de fazer audiência, chamar a comunidade, levar propostas junto à Secretaria da Saúde?

E da emenda constitucional também, acho que seria realmente o viés político que a própria Assembleia poderia estar sentindo no sentido de que essa dúvida, como o senhor colocou: água é saúde ou não é saúde? Nós, como médicos, sabemos que a água é preponderante, realmente, na questão saúde. Estive em

uma ocasião em uma vila aqui de Curitiba, chamada vila São José, que fica na beira do Passaúna, que é uma das fontes de água do município de Curitiba, em que todo o seu dejetos era jogado dentro do lago. E à medida que foi feita uma estação de bombeamento, porque é uma região baixa para bombear, e foi canalizado, foi feito o esgoto, os 3 casos de hepatite que tinham todo o ano na região simplesmente desapareceram, acabaram, não teve mais problemas.

Então, é claro que água é saúde, isso nós sabemos, mas dentro dessa questão da emenda constitucional, o que é válido ser colocado?

Como nós Deputados poderíamos estar colaborando, no sentido de que haja realmente uma coisa com clareza para não ter mais dúvidas? Isso faz parte, isso não faz parte, até onde podemos ir?

Gostaria de repetir a pergunta que fizemos no dia da audiência, a questão dos repasses do SUS. Acho que esta, eu coloquei naquela ocasião, seria uma ocasião realmente de haver um levante dos Secretários Estaduais de Saúde de todo o Brasil para que esses valores sejam revisados. É impossível, o senhor como médico sabe disso, hoje um hospital manter-se aberto com o repasse que é feito pelo SUS. Por isso que são necessários esses aditivos, como o senhor falou, em Ponta Grossa, de R\$ 100 mil.

Sabemos que melhorou também, um pouquinho, para a região de Campo Mourão, porque estivemos junto com a Comissão de Saúde, mas isso é um paliativo. Temos que ter, realmente, uma solução definitiva. Então, gostaria de ouvir do Secretário: o que poderíamos estar fazendo?

E, por último, temos aí vários funcionários da área da saúde reivindicando a questão das horas. Gostaria que o senhor colocasse, com clareza, a todos, essa questão das 48 horas que vai e volta, não fica, e principalmente no caso dos funcionários que já têm por normatização federal direito a menos horas de trabalho, quando vai ocorrer a revisão, principalmente o pessoal da LACTEC?

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Secretário, só gostaria de fazer um adendo às colocações do Deputado Rui Hara, de que esta Comissão veria com muito bons olhos sugestões de projetos de lei que ajudem a regulamentar, a nível de Paraná, essa questão dos remédios.

Em segundo lugar, dizer que a Comissão fica também à disposição para acompanhar o Secretário a Brasília em eventuais reivindicações ao Ministério da Saúde relacionadas com repasse de recursos para o Paraná e seus respectivos hospitais.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Muito obrigado.

Em relação ao que o Deputado Rui Hara colocou: primeiro, na questão dos medicamentos, Deputado, tudo que não queremos é o desabastecimento. Eu diria que o que houve de falta de medicamentos, por conta de tanta

mudança que fizemos, foi o mínimo do mínimo. Se nós fôssemos levar à via final, seria parar todas as compras por um tempo de viabilidade e seria o desabastecimento absoluto. Acho que a população do Paraná não pode pagar preço algum por mudança de rito e o que se tentou fazer é que houvesse o mínimo do mínimo de desabastecimento.

Em relação ao que o senhor coloca de fazer a sua parte, duas colocações: primeiro, acho que vocês estão fazendo acima do esperado, me chama atenção por parte do Presidente da Comissão de Saúde da Assembléia, Ney Leprevost, por parte do Deputado Reinhold Stephanes, por parte do Sr. Deputado Rui Hara, Deputada Rosane, Deputado Tadeu Veneri, Deputado Duílio Genari, Deputado Dobrandino, Deputado Teruo e o nosso líder do PMDB, Deputado Waldyr Pugliesi.

Me chama a atenção, nas colocações até agora, por parte do Sr. Presidente nas duas primeiras intervenções, o alto grau de conhecimento que vocês têm em saúde pública, o que não é comum por parte de detentores de mandatos de Deputado. Nós não vemos isso, isso não é comum. Parabéns, fica aqui esse registro.

Acho que vocês estão fazendo a sua parte, sim. Acho que o Secretário não pode vir a esta Casa uma vez por ano ou a cada 2 anos, não é assim que funciona, estamos à disposição, o cargo não é meu, estamos aqui para atender e para cumprir uma função. Esta questão, por exemplo que o senhor coloca de sabermos que vários hospitais filantrópicos recebem do SUS não chega a dois terços daquilo que eles têm de demanda para atendimento.

A questão da Emenda nº 029, o que é que vai ou não vai ser colocado? Essa não é uma questão do Cláudio, vocês sabem muito bem disso, nem da Secretaria, é de todos nós, é de toda a sociedade e é isso que queremos trazer à discussão, a questão dessa regulamentação. Isso diz respeito a todos nós, principalmente ao senhor, ao Dr. Batista, que são da área, o Reinhold que trabalha com deficientes, o Deputado Ney Leprevost que preside esta Comissão, então tudo isso vem à tona.

Em relação às 40 horas, não tenho nenhum fato novo, a posição do Governo é muito clara e tem sido pública. O Governador Requião entende que o funcionário público deva ser prestigiado, fez a gratificação de atenção à saúde desde que assumiu, há muito tempo que não tinham.

Eu pediria e gostaria de registrar, perante esta Comissão de Saúde, vamos fazer isso juntos, mas vou fazer um pedido que fosse feito um comparativo de remuneração salarial entre alguns estados para que possamos saber afinal: os funcionários da saúde estão ganhando bem ou ganhando mal? Nós temos que saber, comparar com a iniciativa privada e com outros estados e eu acho que os senhores ficarão muito contentes com a remuneração.

Vamos fazer isso, vamos colocar isso aqui, de público, trazer à discussão à sociedade: quanto é que ganha o funcionário público da saúde do Paraná? Ganha bem? Ganha mal? Antes de ver a questão das horas, temos que levantar isso para saber se estamos falando da boca para fora. Eu não sei, temos que levantar. Gostaria que a Comissão de Saúde me ajudasse, acho que temos que trazer para a sociedade. A questão das 40 horas eu não decido carga horária de funcionário, apenas mando a minha diretoria ver quem cumpre, quem não cumpre, tem uma regra, não cabe a mim isso.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri, membro da Comissão de Saúde.

O SR. RUI HARA

Presidente, só mais uma questão sobre o LACEN, dos funcionários em regime especial. Na audiência o senhor falou que isso era da área da Secretaria da Administração, não era da sua Secretaria, mas que isso estaria em vias de revisão. Eu queria fazer uma pergunta direta: vai ser feita essa revisão ou não?

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Essa é uma questão que não podemos entrar. Se existisse uma lei, ninguém iria descumprir a lei, mas não existe isso, não existe até onde eu sei. Vamos rever, apresentamos para o senhor, eu não decido isso, eu não tenho essa competência de decidir quem faz tantas horas, quem faz outras. O que eu tenho, perante a minha assessoria jurídica, perante a Secretaria da Administração, perante a Procuradoria Geral do Estado, perante ao que foi levado ao Tribunal de Justiça, é que médico tem direito a fazer 20 horas. Eu só tenho isso, o que eu tiver eu vou cumprir, não me cabe, eu não tenho essa prerrogativa de decidir sobre a vida das pessoas, apenas tenho que cumprir a minha função.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Só gostaria de ressaltar que a Normatização nº 001/07 desta Comissão de Saúde, no seu artigo 2º estabeleceu que a pauta da reunião está definida, sendo que os assuntos a serem debatidos se resumem à crise dos medicamentos, leitos de UTI e Emenda nº 029. Claro que esta Comissão está sendo tolerante como sempre, agimos democraticamente, mas pedimos às pessoas que fazem parte do SindSaúde, servidores pelos quais temos muito respeito, muito apreço, procurem ouvir as respostas e guardem as manifestações para o momento oportuno, porque aqui estamos discutindo temas de fundamental importância. Não que o tema de vocês não seja importante, pelo contrário, é importantíssimo e vocês sabem do respeito que nós temos, mas peço apenas que ouçam com atenção para evitar barulho durante as respostas.

Agradeço encarecidamente esta compreensão.

Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Bom-dia a todos os Deputados, Deputada, Secretário Cláudio Xavier, visitantes.

Inicialmente, gostaria, Secretário, de deixar aqui pela Comissão, uma solicitação que eu recebi ontem da Adriana, enfermeira, tem registro no COREN do Paraná 40525, de Londrina. Ela manda uma correspondência e solicitou que nós entregássemos ao senhor, sobre a dificuldade que eles estão tendo para aquisição de medicamentos para seu irmão e filho que sofrem de uma doença que ela coloca, doença de Fabri, e se não receberem o medicamento - é um medicamento caro, ela coloca o preço aqui inclusive, são 6 pacientes no Paraná todo - ele já está num grau avançado de risco e obviamente virá a óbito se não tiver este medicamento. Está aqui o relatório médico do Hospital Evangélico, também a receita. Não se trata, em absoluto, de nenhum advogado que tenha entrado especificamente, pelo menos não consta. Este é um processo que está no Tribunal de Justiça, porque houve a cassação de uma liminar que eles tinham.

Gostaria de passar às mãos do Presidente para receber um protocolo seu, para que pudesse dar satisfação a essa pessoa.

Acredito, Sr. Secretário, que o problema dos medicamentos no Paraná tem obviamente um viés muito maior do que pontualmente possamos discutir, como aqui disse o Deputado Rui Hara, mas há ponto dessa pauta que quero, respeitosamente, divergir da sua intervenção que é com relação à Emenda n° 029.

Tivemos recentemente uma Audiência Pública feita pela Comissão de Saúde, que inicialmente foi presidida pelo Deputado Ney Leprevost e depois, na sequência, encaminhado por mim e pela Deputada Rosane, onde foi Discutida, entre outros temas, a Emenda n° 029, inclusive o Dr. Gilberto estava presente. E há uma afirmação do Ministério Público que hoje no Paraná teria um débito de cerca de R\$ 1 milhão e meio para poder cumprir aquilo que é preconizado pela Emenda n° 029. Em que pese nós dizermos que a Emenda n° 029 não está regulamentada e que há de se fazer isso através do Congresso Nacional e que saúde não se discute quando se fala de água tratada, esgoto sendo tratado, é bastante discutível que recursos que deveriam estar alocados de outra forma, por exemplo, estão sendo carreados para tratar aposentadoria, hospital militar, foram usados para serem feitas capelas mortuárias, poços artesianos. Não estou falando especificamente deste ou daquele Governo, porque este é um processo que já vinha do Governo Lerner e continua no Governo Requião, e em nenhum dos 2 Governos se cumpre o percentual especificado pela Emenda Constitucional n° 029. Tanto não se cumpre que há ações no Ministério Público e há nesse

período todo, diversas auditorias feitas, e todas elas apontam a falta de cumprimento do percentual.

Parece que aí reside um dos problemas principais que nós temos. Estamos discutindo a necessidade ou não, a condição ou não, os valores ou não para medicamentos. Quando na realidade não cumprimos sequer o que preconiza a Emenda n° 029, que diz quanto tem que ser disponibilizado para a saúde.

Se fosse feito nos estados, não quero discutir São Paulo, porque a dívida é muito maior, mas sou Deputado do Paraná, se fosse feito, de fato, talvez não tivéssemos essa crise que estamos discutindo hoje. Digo que é uma crise secundária, não na sua importância, mas na lógica. Se não investirmos o que determina a Emenda n° 029, não há como se discutir recursos disponíveis para medicamentos, recursos para que possamos ter mais leitos, não há como discutirmos outros temas.

Nesse sentido quero fazer, ao mesmo tempo em que há divergências com todos os Secretários que fazem parte do Conselho Nacional, mas enquanto não se regulamenta há uma lei que diz o percentual, e esse percentual tem que ser cumprido. Usando esses valores para o PARANASAN, colocando um valor que é absolutamente diverso daquele que deveria, porque é um financiamento feito para determinada atividade, que a SANEPAR quando receber o retorno, esse retorno não vem para a saúde. Ainda que venha de forma secundária, também, mas esse retorno, em termos de recurso, não vem para a saúde, porque vai ser necessariamente distribuído aos acionistas da SANEPAR. Essa lógica é uma lógica perversa, primeiro porque ela mascara o problema e segundo porque ela nos induz a pensar que o dia que tivermos todas as pessoas com água tratada no Paraná, não teremos mais problemas de uma série de vetores.

O maior problema, hoje, no Brasil e nos países pobres de saúde, se chama pobreza. Esse é o principal problema. Essa era a primeira consideração. A segunda, quero divergir do senhor quando o senhor diz que um dos estados que mais prestigia os funcionários públicos é o estado do Paraná. O senhor sabe, nós tivemos recentemente, e o senhor falou, há uma série de hospitais sendo construídos.

A minha pergunta é: e o concurso público, quando teremos de fato esse concurso? Porque hoje temos menos funcionários do que tínhamos há alguns anos atrás. Não entro no mérito, mas temos uma população profissional na área de saúde que está envelhecendo, uma área extremamente penosa que não está tendo a sua necessária reposição e vamos entrar em colapso. Isso os senhores que são da área sabem tão bem ou melhor do que eu. Ou vamos terceirizar o serviço de saúde, que era o que o Governo Lerner fazia? E é o que nós entendemos como não sendo correto!

Há também uma pergunta que quero fazer ao senhor: nesses descontos feitos agora, são cerca de 700 funcionários que tiveram as suas folhas desconta-

das, alguns deles até com a folha zerada. E aí, Secretário, é impossível que eu não lhe faça essa pergunta: o que leva a Secretaria, o senhor falou que encaminha e são os responsáveis diretos pelo ponto, pela folha, mas o que leva a Secretaria a fazer descontos de dirigentes sindicais liberados? Qual é a justificativa de uma pessoa que está liberada?

Ou seja, ela tem a sua relação profissional com a Secretaria e com o estado suspensa, ela não precisa prestar à Secretaria a conta do que ela faz no dia-a-dia, porque ela é liberada para o Sindicato. Como que esta pessoa pode ter desconto por não ter comparecido? Segundo: como que as pessoas tiveram desconto por horas não trabalhadas? O senhor participou de um acordo com o Deputado Dobrandino e o Deputado Hermas Brandão, que foi feito há dois anos atrás, quando não tínhamos conseguido aprovar a lei das 30 horas, mas o que leva alguns funcionários a terem descontos e outros não? Uns terem de 10 horas, outros 15, outros 20 horas? Qual é o critério?

Porque veja, Sr. Secretário, a alegação que nos foi feita, aqui, é que há um parecer da Procuradoria Geral, há um parecer que a partir da segunda hora ou da primeira hora que o trabalhador não está presente no local de trabalho, ele tem o seu dia descontado. Todos esses trabalhadores que não tiveram a primeira hora cumprida, e que por conta disso tiveram os seus dias cortados, foram comunicados naquele momento ou se praticou, entre aspas, uma esperteza?

“Você trabalha, eu não lhe conto que eu desconto e no final do mês vem o desconto.” Porque me parece que a lógica é que eu não vou receber, que eu seja comunicado e eu volto para casa.

Então, são essas as considerações que gostaria de fazer para o senhor.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Em relação ao medicamento, o Chefe de Gabinete vai protocolar e enviar para o seu gabinete.

A SRA. DEISE PONTAROLLI

Esse medicamento é um medicamento para a doença de Fabri, é uma enzima. Essa doença é uma doença típica, porque temos uma outra doença dentro do programa de medicamentos excepcionais, que é a doença de Gouche.

Existe uma deficiência de enzimas e a pessoa é dependente desse medicamento para o resto da vida. Exatamente nessa situação de uma doença que já temos padronizada pelo Ministério, fornecendo hoje medicamentos para a doença de Gouche, que é padronizada, fornecimento para 30 pacientes no estado do Paraná ao custo de R\$ 60 mil por mês o tratamento.

Então, quando colocamos esses pacientes, hoje, são da demanda judicial, qual é a necessidade de se estabelecer realmente um protocolo e principalmente - e aí entro nesta questão da responsabilização - essa doença é típica, deveria ter cobertura do Ministério da Saúde em

primeira instância pela característica da excepcionalidade do tratamento, pelo altíssimo custo desse tratamento.

Então como os senhores podem ajudar? Nesses casos em que está caracterizada a doença dentro de um programa que já está estabelecido na pressão, inclusive a incorporação dessa tecnologia, é importante dizer que o medicamento não é incorporado dentro de um programa sem antes que se defina em que condições que são os protocolos clínicos.

Muitas vezes existem situações críticas e clínicas bem estabelecidas para o paciente usar esse medicamento. Fabri é um caso típico. Existe uma situação de você iniciar o tratamento para daí você ter uma resposta. Tudo isso tem que ser estabelecido tecnicamente e cientificamente. Medicina baseada em evidência é o que temos mais defendido.

O SR. TADEU VENERI

Gostaria, se a senhora pudesse encaminhar isso como resposta, para que possamos dar uma sequência, uma resposta às pessoas que nos enviaram de Londrina.

Obrigado!

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Em relação ao segundo tema, Deputado, falar com o Secretário da Saúde não queremos 12%, gostaríamos de 100% do orçamento para a saúde. Achamos que tem muito a ser feito.

O que percebemos é um Governo que está sensibilizado com a saúde e isso são dados do Tribunal de Contas. Passamos de menos de 200 milhões executados para mais de 600 milhões. E sem dúvida isso é um caminho sem volta. Somos absolutamente favoráveis ao concurso público e fica claro o que percebemos hoje no Governo do Estado, que o Governo chamou para si a saúde pública. Hoje, a presença do Governo do Estado na saúde pública é muito maior, inevitavelmente, do que há 4 anos atrás. E isso vai gerar uma necessidade de concurso público, não será terceirizado, isso será uma determinação do Governador.

Tivemos um fórum da gestão hospitalar e vamos pelo caminho do modelo misto junto com universidades, nos moldes do Hospital do trabalhador e com concurso público. Não é decisão minha, é decisão do Governador. Nós teremos, sim, que fazer um concurso público ainda para este ano e não tenho ainda o número de vagas, inclusive com prazo do Governador que é isso antes de agosto, apresentar para ele junto com a Secretária Maria Marta, estudando uma planilha de concurso, tendo em vista essa reposição que o senhor coloca quanto a abertura de novos hospitais.

Em relação aos descontos dos funcionários só 2 comentários: jamais vamos usar de esperteza, de forma alguma, não é o nosso estilo de ser. Temos reiteradas vezes avisado os funcionários. Na nossa visão, não podemos perseguir aqueles que não cumprem as 40 horas, mas não podemos desprestigiar aqueles que cumprem. Passamos este mês de 500 descontos para 180 descontos e

jamais alguém será descontado enquanto dirigente sindical liberado. Se isso acontecer, será imediatamente corrigido e jamais alguém será descontado imediatamente.

(Vozes paralelas)

O SR. TADEU VENERI

Desculpe, Sr. Presidente, mas são 3 casos que falei várias vezes aqui na Assembléia Legislativa e são emblemáticos. É a primeira vez na história que vejo dirigente sindical liberado ter desconto por não ter trabalhado no hospital onde ele é liberado.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Não terá, garanto, para os senhores. Se houve a responsabilidade é minha e imediatamente, ao término desta comissão, será corrigido. Acredito que eles se considerem por mim e aqui estou perante os Srs. Deputados da Comissão de Saúde do Estado do Paraná, que se considerem pelo Secretário da Saúde, liberados. Isso não existe! E se existiu foi por erro e será imediatamente corrigido.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Gostaria apenas de dizer, Deputado Tadeu Veneri, que as notas taquigráficas desta reunião estarão à disposição de todos os Deputados dentro dos próximos dias, e não só à disposição dos Deputados, mas também da própria Secretaria Estadual da Saúde, do Ministério Público ou sejam, de quem tiver interesse, qualquer pessoa do povo, inclusive do próprio sindicato. Essa liberação pode ter um efeito formal e é importante isso para o SindSaúde.

O SR. TADEU VENERI

Entendo a posição do Secretário, até porque temos tentado fazer aqui, Secretário, junto com diversos Deputados, inclusive o Deputado Waldyr Pugliesi que está aqui e é Líder do PMDB, junto com outros Deputados como o Deputado Dobrandino da Silva, temos tentado encontrar uma saída com o Governo. Hoje mesmo está se buscando uma conversa com o Governo, tem sido difícil com o Governador, mas temos tentado. Se não for possível, obviamente, que esta Assembléia e acredito que o Deputado Ney Leprevost como Presidente da Comissão de Saúde, assim como os demais Deputados, necessariamente terão que buscar fazer, de alguma forma, até para que pacifiquemos esse espaço, a regulamentação das jornadas, porque hoje as jornadas específica, como o Deputado Rui Hara aqui colocou, regulamentadas por lei federal, algumas dúvidas inclusive aos trabalhadores federais cedidos para o estado e nós estamos vivendo de pareceres que necessariamente vão gerar um passivo trabalhista imenso para o estado, para os próximos Governos.

Então, acredito que vamos ter mais alguns dias na busca desse processo de conciliação, que esperamos seja

obtido êxito. Se não for, obviamente que teremos que ter outras alternativas, se alternativas, inclusive, seja de fazer leis específicas para que possamos regularizar a situação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Pela ordem de inscrição o eminente Deputado Dr. Batista.

Deputado Dr. Batista

O SR. DR. BATISTA

Muito obrigado, Presidente parabéns pela iniciativa de convocar o Secretário e toda a equipe - colegas Deputados, colegas Deputadas, senhores de imprensa.

Fiquei preocupado com a pergunta que o senhor fez ao Secretário. A primeira pergunta será para o senhor. O senhor ficou preocupado com artrose, psoríase e um antiinflamatório. O fundamento da pergunta é claro que nós não sabemos qual é. Gostaria de saber isso do senhor.

Estamos no dia-a-dia com UTIs, estamos no dia-a-dia de todo o funcionalismo, tocou no assunto o Rui Hara que me deixou preocupado também com essas 30 horas, 40 horas. Sempre serei favorável a 30 horas, porque todos os funcionários não são de ferro. Passou de 6 horas, ele perde um pouquinho o raciocínio, isso não é culpa do Secretário.

Quero parabenizar o Secretário pela coragem, porque enfrenta há mais ou menos uns 5 anos uma Secretaria de Estado do Paraná, é muito valente. Eu tive a satisfação de trabalhar com o Secretário da Saúde também Armando Raggio, um grande Secretário. Fui Diretor da Regional de Saúde junto com ele. Impressionante a demanda de medicamentos naquela época. Não critico o Governo passado, que para mim foi um ótimo Governo, vinham medicamentos, impressionante, eu comandava 29 municípios. Para cada município, Sr. Secretário, 3 benzetacil. E os medicamentos, tudo controladinho!

Eu, como sou preocupado em aplicar muito na saúde, nas prevenções de doenças, faço em Maringá e região um trabalho há 25 anos, só de prevenções dos bairros, nas escolas de medicina preventiva, porque acredito muito na saúde.

Quero parabenizar o trabalho que o senhor está fazendo junto ao SAMU, ao Médico da Família, estou sentindo o ampliamiento muito favorável, o contato direto com o paciente.

Sr. Secretário, o senhor disse que só 2 medicamentos são comandados, digamos assim, pela Secretaria da Saúde e a outra parte, a maioria judicial. Mais ou menos assim. Fiquei preocupado, porque quantos medicamentos o próprio paciente se automedica, às vezes, até por informação de um advogado. Chega no consultório: "Doutor quero 40 medicamentos antiinflamatórios", mas não sabe das complicações dos antiinflamatórios, as doenças subseqüentes, como diz o professor Rui Hara.

Não é fácil curarmos as complicações das pessoas que se automedicam.

Uma orientação partindo da Secretaria da Saúde, não sei nem qual o gráfico, partindo da nossa comissão, dos Deputados, tem tanta ajuda, como diz o Dr. Rui Hara, e nós temos que dizer uma coisa: apareceu a CPMF, eu me tornei o homem mais feliz do mundo. Eu falei: nossa, até que enfim um médico realmente enfrentou um Ministério e fez um favor para a saúde. A CPMF vai acabar com a doença, vai erradicar com a doença. Fiquei muito feliz como médico, eu, o Rui Hara e muitos médicos neste país pegamos a bronca como se fosse nossa.

Então, pergunto ao Secretário se o senhor tem informação aonde foi o dinheiro da CPMF. Por que nós dos hospitais recebemos R\$ 2,50 por uma consulta? Por que o hospital recebe uma quantidade que não dá para pagar uma refeição suficiente para aquele paciente? Eu sou um cirurgião, quantas cirurgias gástricas, quantas, hepatectomias, quanto CA que nós operamos, quantos cânceres, e alimentação com 5, 6 reais diários para um hospital, café da manhã, luz, água. Até quando vamos viver assim, Secretário? Gostaria desta informação, e conte com essa comissão, porque o Deputado Ney Leprevost realmente está fazendo um trabalho que vai marcar muito no estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Quero agradecer, em primeiro lugar, o Dr. Batista, as suas palavras, e parabenizá-lo pela colocação em relação à CPMF, concordo com o senhor. E apenas para esclarecer, eu acredito que a sua pergunta é sobre o medicamento Etanercept. O porquê do meu questionamento sobre isso, é que aparece em documentos da Procuradoria Geral do Estado, diversos documentos da Procuradoria Geral do Estado, em uma investigação interna que foi promovida pela Procuradoria, detectaram que uma mesma advogada venceu ações para dispensa de licitação para a compra desse medicamento em diversos municípios do Paraná.

Então, isso nos chamou a atenção, já que ou essa advogada é uma boa samaritana que está trabalhando para alguma entidade que representa as pessoas que necessitam desse medicamento, ou realmente a denúncia que foi feita na Comissão "Mãos Limpas" de que existe uma máfia envolvendo laboratórios, advogados, e até mesmo algumas, pessoas que nem mesmo necessitariam de medicamentos, realmente existe.

Então, recebi uma informação de que a comissão já descobriu o escritório onde trabalhava esta advogada, já tem o telefone dessa advogada, e nós vamos entrar em contato com ela, quem sabe até convidá-la para vir aqui, ou pelo menos perguntar a ela, saber o porquê do nome aparecer, já que quando você trata da questão de medicamentos você trata de um problema extremamente importante, que mexe com a vida das pessoas.

Então, a lisura, não é isso Deputado Dobrandino, a lisura tem que ser total, a transparência tem que ser total, não pode existir uma única nuvem pairando sobre essa questão, porque as vezes um programa extraordinário do Governo acaba indo por água abaixo devido a pequenos problemas localizados mas que comprometem toda a seriedade, toda a credibilidade daquilo que se pretende fazer.

Espero que tenha satisfeito a sua curiosidade, Deputado.

O SR. DR. BATISTA

Foi uma grande pergunta que o senhor fez e uma resposta convincente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Obrigado, e com a palavra o Secretário Cláudio Xavier.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Em relação aos comentários do Deputado colega Dr. Batista, quero reafirmar que o Secretário Armando Raggio é, realmente, um grande sanitarista. Ele está em Brasília trabalhando. Apenas acho que na gestão dele teve pouco apoio do Governador. Acho que o Governador não deu força suficiente para ele desenvolver todo conhecimento como sanitarista, toda boa vontade, todo trabalho que ele tem. Não me julgo próximo, como eminência médica, ao ex-Secretário Armando Raggio, sanitarista de renome, porém me sinto muitíssimo mais privilegiado pelo meu Governador.

Em relação ao CPMF, estou, 4 anos e meio, na Secretaria e ainda estou procurando. Então, vamos procurar junto com o senhor, com o Deputado Ney Leprevost. É uma pena e é o que leva o ex-Ministro Adib Jatene a sair dessa vida pública porque, realmente, na saúde vemos 2 focos muito rapidamente colocados: primeiro, tem que melhorar a gestão, evidentemente, a escolha de prioridades, mas sem dúvida tem que se rever a questão do financiamento para tudo aquilo que se pretender dar.

O que o senhor coloca em relação aos medicamentos de ordem judicial, estamos com o seguinte número, Deputado Dr. Batista: 10% são demandas judiciais e temos 120 milhões que são em medicamentos excepcionais. No total são quase 200 milhões de investimentos por ano nessa farmácia básica. Cento e vinte milhões são de medicamentos excepcionais e desses 120 milhões, 12 milhões são demandas judiciais.

O que estou pretendendo, além de vir prestar contas e vir me apresentar à Assembléia Legislativa? Estou querendo a discussão com a sociedade e com os senhores à seguinte situação: do que estamos tratando?

O paciente foi ao médico, recebeu uma receita, vai ao Sistema Único de Saúde e o mesmo diz que não. É isso que quero discutir com vocês, porque eu só posso dar 2 remédios. Eu não posso escolher. "Ah, o senhor é

simpático, ganha o remédio. O senhor não é simpático, não vou lhe dar o remédio!" Eu tenho 2 tipos de remédios que dou: um está num programa do Ministério da Saúde, programa do estado, fornecemos, o outro tem uma demanda judicial.

O que quero trazer à discussão com os senhores e com a sociedade e aí entra o papel de vocês, vocês representam a população, vocês foram eleitos, têm votos da população, como é que vamos agir com esse medicamento, com essa receita que o Sistema Único de Saúde - não é o Cláudio - diz: "Não tem". O que é isso? Está errado esse medicamento? Tem algum interesse nesse medicamento ou é o protocolo do Sistema Único de Saúde que está defasado?

Claro, nem tudo está errado. Nós não vamos imaginar que existe má intenção em todas essas receitas. É isso que temos que trazer à sociedade, porque chegou a um limite. Chegou a um limite eu atender a minha mãe me telefonando se eu fui preso ou não, porque leu no jornal que tem um pedido de prisão. Eu entendo que prisão é para bandido! Entende? Então, é isso que quero trazer à sociedade! Vamos discutir isso! Chega de vir me explicar que tal remédio não deu!

Existe a receita, o Sistema Único de Saúde diz: "Não vou dar esse remédio". Por quê? Porque não está no protocolo, porque senão tem que dar. Por que não está no protocolo? Por que o protocolo está defasado? Por que tem algum interesse?

É isso que temos que trazer à discussão, porque o problema chegou a um limite nacional de eu ver colega meu passando horas na cadeia!

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Só para esclarecer os Deputados: estamos dando a palavra, primeiro, para os membros titulares da Comissão de Saúde, depois para os membros suplentes e, depois, para os demais Deputados. Então, pela ordem, Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato

O SR. TERUO KATO

Bom-dia Presidente Ney Leprevost; Dr. Cláudio Xavier, Secretário de Saúde; Srs. Deputados; minhas senhoras; meus senhores.

Primeiramente, fico satisfeito de ter ouvido do senhor que a questão dos medicamentos, a partir de julho, provavelmente, estará resolvida. Então, o que notamos, hoje, com relação a essa questão? É muita ansiedade, talvez por falta de informação.

Então, a minha sugestão é que esse posicionamento, essa colocação do senhor fosse passada às pessoas para que, por meio da informação, elas fiquem mais tranquilas. Notamos que já está indo muito medicamento para todas as regiões. Falta um outro, mas pelo que o senhor colocou, a partir de junho, vai estar resolvido.

Ouvi muito falar sobre a questão de hospitais regionais, de UTIs. Eu sou da região de Paranavaí. O

senhor mesmo colocou que temos lá um hospital regional que está em fase final de construção. Na verdade, era uma construção que foi iniciada, há muito tempo, praticamente um "elefante branco" parado lá e, através da determinação do Governador, foi reiniciada a obra e o hospital está, logicamente, muita gente cobrando o funcionamento de todos os leitos, já que temos 30 leitos em funcionamento no hospital e o total de leitos são 70 e tantos.

Então, nessa questão dos hospitais regionais, também gostaria de perguntar é o seguinte: quantos hospitais regionais estão em fase final de construção? Qual é a previsão para que esses hospitais sejam concluídos e entrem em funcionamento? Agora, para entrar em funcionamento, além da conclusão da obra física, é necessário verificar a questão dos equipamentos necessários e também aquilo que o Deputado Tadeu colocou, que são justamente os funcionários. Não tem como um hospital regional, por exemplo, o de Paranavaí, entrar em funcionamento se não tiver também os funcionários contratados.

Então, não sei exatamente quantos, mas sei que muitos hospitais regionais estão sendo construídos em todo o estado do Paraná. Na verdade, a hora que entrarem em funcionamento todos esses hospitais, com certeza essas reclamações vão ser minimizadas.

Seriam, na verdade, essas as questões que eu gostaria que o senhor me respondesse e se tem um planejamento de entrada de funcionamento e conclusão. Que isso nos fosse comunicado, também porque o que cria a ansiedade e a reclamação é a falta de informação.

O SR. CLÁUDIO XAVIER

Acho que informação é o que não vai faltar. A nossa idéia é que mantenhamos com o gabinete uma sintonia com a Comissão da Saúde. O Secretário da Saúde não entende que seja convocado uma vez por ano a esta Assembléia. Respeitamos e entendemos o papel de vocês, por isso foram eleitos. Nós fomos nomeados pelo Governador para cumprir um papel, vocês foram eleitos para representar a população, e nós pretendemos, Deputado, que haja uma espécie de sintonia mesmo entre o nosso gabinete, para que estejamos permanentemente dando as informações, prestando contas e esclarecimentos a vocês.

O hospital de Paranavaí que era um esqueleto, o senhor sabe bem, é da região, foi feita a obra, foi entregue ao Governo do Estado com problemas e estão sendo corrigidos. Há um problema nos gases medicinais, há um problema no ar condicionado que inviabiliza as cirurgias, inviabiliza o centro cirúrgico e a instalação da UTI. O hospital funciona, anexo à Santa Casa, há uma interdependência entre as estruturas. O hospital funciona parcialmente, com 30 leitos. Tivemos uma reunião por determinação do Governador, com o novo Secretário de Estado de Obras Públicas, o Secretário Júlio Araújo, e a previsão é que até agosto ele esteja funcionando completamente.

Em relação ao geral dos hospitais, não gostaria de lhe passar aqui, oficialmente, alguma informação errada. Vou lhe dar o que temos de visão: temos 2 hospitais prontos para iniciar o funcionamento, porém acreditamos que ainda vai um período. A Secretaria da Ciência e Tecnologia está licitando o final dos equipamentos para o Hospital de Queimados em Londrina, e nós estamos hoje em Audiência Pública para abrir a licitação do Hospital de Reabilitação. Esses 2 têm que funcionar completamente, absolutamente, até o final do ano. Os demais hospitais, são cerca de 10 hospitais em construção; temos 24 hospitais em reforma, ampliação e modernização e construção. Desses são 10 os novos, vou falar os que lembro: hospital de Campo Largo, da Criança; hospital de Guaraqueçaba; hospital de Paranaguá; hospital de Ponta Grossa, Francisco Beltrão. São 10 os novos que há determinação e a nossa expectativa é que até o final do ano sejam entregues as obras.

Estamos preparando para apresentar à Secretaria do Planejamento, para o funcionamento, comprar os equipamentos e para a gestão desses hospitais, tem que prever concurso público e tudo isso, para que todos esses novos hospitais estejam funcionando ano que vem, porque o que existe na Santa Casa de Paranaguá hoje, por exemplo, é um tamanho. Para que tenhamos um hospital regional com mais de 100 leitos, com 20 leitos de UTI funcionando, evidentemente que é outro tamanho.

Fica aqui registrado. Assim que apresentemos essa proposta para o orçamento do ano que vem, trazer à Comissão aquilo que estamos prevendo para o funcionamento desses hospitais em 2008.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Com a palavra, Deputado Rosane Ferreira, membro suplente nesta Comissão de Saúde, na vaga do Deputado Estadual Reni Pereira.

Deputada Rosane Ferreira

A SRA. ROSANE FERREIRA

Bom-dia Sr. Presidente, Srs. Secretário, senhores e senhoras presentes.

Já não é segredo para ninguém, sou funcionária de carreira do Serviço de Saúde Municipal. Durante mais ou menos 20 anos, em alguns momentos ocupei direção de Departamento de Saúde. Fui gestora. Todas as vezes que me afastei, me afastei pela interferência política partidária nesse serviço.

Então, tenho pautado meu trabalho aqui na Assembleia, desde que cheguei a esta Casa, de forma de nem levar a política partidária em cobrança da política da saúde. E tento pautar o meu trabalho assim. Dando um exemplo: tenho sobre a minha mesa uma situação, portador de espondilite anquilosante, que teve todo um processo para buscar o medicamento e que foi, sem dúvida nenhuma, um processo equivocado da Secretaria, mas

que me disponho a sentar em outro momento com os senhores e tecnicamente discutir. Mas, não quero uma resposta para aquele rapaz. Quero uma resposta para o conjunto da sociedade, que entendo que seja esse o meu papel.

Via de regra, temos visto Deputados subirem à tribuna e colocarem exemplos de situações, e culminou com esse momento aqui que acho de fundamental importância. Ainda ontem, eu conversava com o Tribunal de Contas do Estado, com o Conselheiro Fernando e ele vinha até o nosso gabinete, em cima de uma questão que solicitamos, que foi o treinamento dos Conselhos Municipais de Saúde, a capacitação dos mesmos para que exercitem o seu papel. Quando cheguei nesse momento e vi que o senhor colocou, Deputado Ney, a questão da pautam crise de remédios, falta de leitos de UTI e Emenda nº 029, nos primeiros 15 minutos desta discussão, estaria resolvido esse problema com as suas colocações: os leitos de UTI dobraram, a crise dos remédios estamos caminhando para chegar ao seu fim, a Emenda nº 029 temos que criar uma comissão, poderíamos ter acabado com a discussão e poderíamos dizer que ele estaria coroado de êxito e pronto!

Não entendo isso desta forma. Doença é um estado; saúde é um processo eterno e em construção constante. Em cima dessa questão, não tenho uma pergunta específica para fazer ao senhor, mas quero usar os meus minutos para dizer o seguinte: o que vemos no Paraná como um todo? E também não quero ser a mensageira do apocalipse, porque acho que estamos evoluindo, sim, mas não nos passos que queríamos.

Hoje, vemos serviços de saúde municipais de baixa qualidade. E é um processo. Temos um uso exacerbado de medicamentos em todos os setores. Na zona rural se usa antidistônico de uma forma absurda. Abandonou-se todo aquele processo de saúde, a questão da prevenção. Temos pessoas que moram na zona rural, que saem com uma receita de sulfato ferroso e caminham perambulando por todos os lugares, porque deixaram de usar couve, se alimentar com fígado, de cozinhar na panela de ferro. Então, tem todo um processo. O que isso tem a ver com UTI? Tem a ver e muito com UTI.

Temos terceirização de serviço por todo o estado do Paraná. Precarização, Conselhos de Saúde criados artificialmente e não qualificados, o Tribunal de Contas fazendo de conta que esses conselhos funcionam e faz o papel que é deles, ou nosso, ou das Câmaras de Vereadores, que é de fiscalizar. Essa discussão não dá para não registrar.

Hoje, estamos vendo no Paraná e em vários municípios, o processo de conferências locais e municipais de saúde, que vai culminar em uma Conferência Estadual de Saúde, para se debater. Não tenho dúvida de qual é a pauta da próxima Conferência Estadual de Saúde: a mesma dos últimos 4, 5 anos: Emenda nº 029, e nós pedalamos, pedalamos, pedalamos...

A minha contribuição é de que temos que ver a saúde como um todo. Antes de vir, às 07h15 da manhã de hoje, eu estava em um velório de uma pessoa do meu círculo familiar, com um poder aquisitivo alto, que teve plano de saúde, acesso a um leito de UTI, não dentro do Sistema Único. É bom que se tenha entendimento de que quem paga um plano de saúde, deixa de contribuir com o Imposto de Renda, de alguma forma isso é descontado. O sistema é único, sim, o tempo inteiro, porque essa pessoa tem ressarcido no seu imposto. Essa pessoa ocupou um leito de UTI, foi vítima de uma bactéria altamente resistente e não reagia a nenhum medicamento e é o 3º caso neste mês, de um processo que temos visto em consequência do uso exacerbado de medicamento.

Com relação aos leitos de UTI, tem-se feito um estudo de como esses leitos estão sendo ocupados e têm sido chamados os inúmeros autores nesse processo de saúde e doença, porque quando o leito de UTI é ocupado com vítimas de violência de trânsito, é no DER, é na fiscalização, é na Polícia Rodoviária que se discute saúde. Não tenho dúvida disso. Quando esse leito de UTI é ocupado com alguém que teve um AVC, ou derrame - estão sendo discutidos os programas de saúde da família, feitos na periferia, que não atendem, e com profissionais, desculpem-me, não quero generalizar, mas muitas vezes desqualificados, onde o não uso de um medicamento hipertensivo, faz com que esse leito seja poupado.

Eu queria que essa discussão ficasse registrada, Secretário, porque a política de saúde tem que ser vista como um todo, o tempo todo. Isso tem que ser chamado e cobrado dos Secretários Municipais. Cabe, sim, aos Secretários Estaduais estarem junto ao Conselho Nacional de Saúde, junto ao Ministério da Saúde, discutindo esse processo de saúde e doença.

Hoje, o Senador Flávio Arns, do Partido dos Trabalhadores, no jornal, colocava claramente que o que se investe em saúde, no Paraná, são 7%, especificamente, em assistência. Essas coisas também têm que ser discutidas em relação à Emenda nº 029. Essa é a minha colocação.

Para finalizar, uma pergunta: sabemos que existe uma ação judicial no Ministério Público do Trabalho, exigindo que o estado do Paraná realize concurso público. Isso é real, Secretário? Essa questão do concurso público, para suprir a necessidade de médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde está sendo, realmente, por uma decisão do Governo ou por uma ação civil?

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Obrigado, Deputada!

O SR. CLAUDIO XAVIER

O concurso público será realizado por decisão do Governo e não sei informar a Deputada em relação à ação

na Secretaria do Trabalho, porém peço que o gabinete veja e passe para a senhora, pois não sei lhe informar.

Salvo as últimas observações da senhora, concorrente ao comentário do Senador Flávio Arns em relação ao concurso público, só gostaria de parabenizar o seu pronunciamento, porque acho que a senhora foi exatamente no ponto. Como única correção, não conseguimos, infelizmente, dobrar os números de leitos de UTI - nós aumentamos em 50% e ainda temos necessidade de leitos, pois o Dr. Gilberto tem um levantamento e ainda tem regiões do estado que precisam, sim, mais leitos de UTI, porém temos que ter todo um conjunto com profissionais, com o hospitais novos para que isso seja resolvido, mas acredito que em breve estará sendo resolvido.

O que a senhora coloca do Conselho de Saúde de leitos de UTI, realmente precisamos ouvir mais os Conselhos e um exemplo disso é que a principal causa de morte nas Unidades de Terapia Intensiva é a infecção que a senhora colocou, a infecção generalizada, e nós criamos no Paraná um programa junto com o Conselho chamado Programa de Otimização no Tratamento da Síndrome Séptica - POTSS, e temos os primeiros dados, junto com a Universidade Federal do Paraná, uma redução em 25% dos óbitos em UTI por septicemia, usando esse programa, e isso não se deve a nossa atuação, mas sim junto com o Conselho e junto com a Universidade.

Como eu gostaria, Deputada Rosane, de enquanto Secretário, ser chamado para discutir que as pessoas ficam doentes porque se alimentam mal, as pessoas ficam doentes porque fumam, porque bebem, porque têm hábitos inadequados, porque as pessoas não fazem exercícios físicos, mas isso não dá mídia. Isso não sai na rádio, na televisão e nos jornais, mas só querem falar de remédio e Unidade de Terapia Intensiva e eu não posso me esquivar de falar nisso. Só que eu queria ser o Secretário da Saúde e não da doença. Ninguém discute e não vemos que as pessoas se alimentam mal, têm vida sedentária, as pessoas usam drogas lícitas, com o alcoolismo e o tabagismo, que são problemas de saúde pública.

Mas isso não é pelos Deputados, não é porque foi isso que a Comissão de Saúde colocou. Não. Mas porque isso é que se discute nacionalmente, porque é assim que funciona: as doenças endêmicas, a hipertensão e a diabetes não dá mídia, mas o que dá mídia é aquele remédio de tantos mil reais que faltou para aquele doente que pegou advogado e entrou na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Muito bem!

Apenas esclarecendo ao nobre Secretário que também será um prazer a esta Comissão realizar eventos, debates e seminários sobre essas questões que V. Exa. acaba de colocar e infelizmente esta presidência assumiu logo no 1º ano de mandato, em meio a essa crise dos remédios pela qual o Paraná está passando. Mas o senhor trouxe aqui a boa notícia de que até o início do próximo mês a situação deve estar normalizada.

Então, acho que só isso já foi uma grande notícia no dia de hoje e assim que isso esteja resolvido, vamos, sim, convidar a Secretaria da Saúde para fazer debates, principalmente sobre assuntos de prevenção, porque acho que tem muita coisa na área de prevenção que pode ser discutida e nós podemos ajudar a Secretaria a levar atividades preventivas, a levar informações, principalmente para a população mais carente através dos nossos trabalhos.

Com a palavra o Deputado Dobrandino da Silva.

Deputado Dobrandino da Silva

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, primeiro quero lhe parabenizar pela discussão desse tema tão importante e também dizer que serei objetivo, até em razão do adiantado da hora.

Quero fazer duas questões: inicialmente, vimos aqui a cobrança dos Deputados, o questionamento de todos com relação à saúde e fico analisando, Sr. Presidente, qual é o pivô dessa questão toda, porque é aqui em Curitiba, em todos os municípios do Paraná, em todos os estados brasileiros. Onde está a questão disso? E colocou muito bem o nosso Deputado, médico, Dr. Batista, que o pivô da questão, quem é que não sabe disso, é o centralismo do recurso do Governo Federal! É só na saúde? Claro que não! É na segurança, por tudo! Criou a CPMF para curar a saúde e não cumpriu. E não é deste Governo também, já vem do Governo passado, diga-se de passagem. Não adianta o Dr. Cláudio Xavier ir a Brasília e sentar com o Ministro, porque quem manda é o Governo e temos que cuidar do Congresso Nacional que crie vergonha e tome providências, porque o país está morrendo!

Essa é a verdade! Não podemos nos esconder aqui, ficarmos digladiando, claro que os funcionários têm razão, mas e os outros estados não têm? Porque há o pivô disso que é, na verdade, o centralismo do Governo Federal. E se não chamarmos à responsabilidade, fazemos um movimento para que o Congresso Nacional tome a responsabilidade disso, vai continuar hoje e amanhã, é sempre assim.

Acho que os funcionários têm razão em questionar as 30 horas, mas o Governo também tem as suas razões. Foi cobrado aqui, agora, pelo Deputado Tadeu Veneri, há de se fazer concursos. Eu perguntaria, nem precisa me responder, mas vai ter que contratar não sei quantos mil funcionários para operar os novos hospitais, que se forem 40, é um número, se forem 30 horas, já é outro. Isso pesa também ao Governo.

Então, se tivesse realmente uma responsabilidade que viesse de cima para distribuir melhor os recursos, com certeza não haveria isso.

Mas, a questão que eu posicionei, Sr. Presidente, foi o início do seu questionamento com relação a essa avalanche de liminares. Um dia desses eu estava no Governo, há poucos dias, numa segunda-feira de manhã,

na reunião chamada de Comissão Mãos Limpas, e se não me engano parece que foi a Procuradora do Estado que falou que liminares, além de obrigar o Governo a comprar medicamentos, indica onde comprar. Por isso, procede a sua preocupação e deve investigar isso com profundidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Leprevost)

Agradeço a preciosa contribuição do Deputado Dobrandino da Silva.

Pergunto se o Deputado Waldyr Pugliesi gostaria de fazer alguma colocação antes de encerrarmos?

Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Presidente, Secretário e equipe.

Prestei muita atenção a tudo aquilo que foi dito e debatido aqui, esclarecido. Então, eu me reservo até o direito, vamos dizer assim, de fazer uma incursão que não é bem na área da saúde, porque, olha, acredito que quando existe uma doença, você primeiro precisa fazer com que ela seja detectada, você precisa esclarecer qual é o mal. E havendo esse mal, você precisa ir em busca de um remédio para resolver a questão.

Então, estamos no "Brasilzão" de sempre. Quando falo politicamente da nossa subserviência, da nossa histórica dependência dos interesses do capitalismo, as pessoas falam assim: "Mas o que tem a ver isso aí, com isso?" Tem tudo a ver. O Deputado levantou a questão da CPMF, contribuição provisória, era na época, sobre a movimentação financeira, com fim específico. Bom, primeiro, contribuição porque não tem que dividir com ninguém, fica lá centralizada essa soma enorme nas mãos do Governo Federal.

Eu fui Secretário dos Transportes até há pouco, saí de lá para disputar eleições. Se criou neste país o imposto sobre os combustíveis, mas o que fizeram com os recursos da CPMF e da CIT? Ora, eu falei isso numa reunião de Ministros com Secretários dos Transportes de todo o Brasil, o Palocci se apropriou praticamente de tudo isso para criar o superávit primário, para bater continência, Palocci do Governo Lula, que sempre teve o meu modesto apoio. O Presidente Lula sempre teve da minha parte, que sou fundador do MDB, do PMDB, o apoio. Então você vê, pensa: este Governo vai meter o bisturi nesse monte de pus aqui. Não, o Palocci chegava ao orgasmo quando ele pegava aquele mundaréu de dinheiro e levava para os seus patrões, essa banqueirada que rouba o mundo, dia e noite, sem parar.

Essa questão, olha, os funcionários da saúde estão aí, ganham mal, como ganha mal, no meu entendimento todo mundo, ganham mal os funcionários neste país, neste estado, nas prefeituras. Eu tive um trabalho enorme para modificar a realidade salarial lá na Secretaria dos Transportes. Essa questão dos 7%, 12% é uma questão

conceitual, Secretário, não é? Então, não tem divergência, você precisa de dinheiro porque os 12% não estão sendo alcançados, ali se precisa chegar com muito dinheiro para fazer a melhoria salarial que é uma meta do Governo Requião. Você tem uma realidade no país, porque se você for atrás de toda a necessidade de erário para resolver todos os problemas eu não sei aonde nós vamos parar!

Eu sou um cara otimista, costumo dizer que tenho saudades do futuro, que eu gostaria de ver essas transformações, essas questões que eu coloco: olha o fulano de tal não teve o remédio que ele necessitava, naquele momento. Ora, isso é dramático! Logicamente que o ideal é que você tenha abastecida a necessidade de tudo, permanentemente.

Espero que o competente Secretário e a competente equipe que ele tem possam resolver isso, mas a questão vai mais fundo, é a nossa dependência! Eu vejo gente da imprensa dando importância, por exemplo, que os Vereadores, não sei de onde, vão receber mais R\$ 200 por mês, porque aumentaram em 20% seus ordenados. O cara ganhava 800, vai receber 960, enquanto isso essa ladrãozada, esses grandes empresários que estão aí, reis da sonegação, não são atingidos! Eles financiam muitos órgãos da imprensa e a imprensa joga para nós muitas vezes aqui porque interessa aos seus objetivos e nós ficamos nisso aqui!

Eu estava numa reunião antes, saí para vir aqui porque gostaria de estar aqui, uma reunião de assinatura de convênio. Quero dizer: temos no país 25 milhões de analfabetos. É muito mais fácil, Secretário, alfabetizar do que curar, por exemplo, doenças que são incuráveis, não é mesmo? Mas temos 25 milhões, por quê? Porque somos um país dependente, e eu falo isso há 30 anos, agora, depois de 30 anos, é uma constatação, os brancos vão à África, roubam, exploram todo mundo! É uma minoria branca, e os caras falam: "Mas você é branco!" Eu sou e faço parte de uma minoria que manda nos negros, nos pobres, nas mulheres marginalizadas, essa coisa toda! Então, o dinheiro não existe, e sabe por quê, Dr. Rui Hara? Porque nós ainda não somos uma nação, nós não levantamos a nossa cabeça para sermos independentes!

Se você tem dinheiro na sua Secretaria, naquilo que haveria de necessidade, esses problemas não existiriam! Então, é a questão da dependência, você pega o dinheiro, lança imposto sobre combustível, todo mundo aqui paga, todo mundo sai daqui, pega seu carro, vai não sei onde, está pagando. Nós fizemos, quando eu estava na Secretaria, restauração de 5 mil quilômetros e aí que vem a ligação, Presidente Ney Leprevost, muitas vezes nós fazíamos 150 de asfalto, de pavimentação nova, ficava um beleza e aí, mais adiante, noutro trechinho, aparecia um buraco. Aí vinha uma notícia desse tamanho, como se nos 150 quilômetros só existissem buracos! É que nem vocês!

Outro dia falei com uma série de médicos: escutem, a saúde no Paraná melhorou? Melhorou muito!

Vocês todos constatarem isso, os da área. Mas nós atingimos o ideal? Claro que não! Os problemas nossos, dos seres humanos, são sempre demandados em grau maior do que já existiram, não é assim? Muitas vezes você ia ver um filme desses que tinham apoio quase que unânime da crítica, então você via no rosto de todo mundo, quando saía, que houve satisfação em ver o filme. Eu posso até dizer que eu não acho que ninguém vai sair daqui insatisfeito. Qual é o papel da Comissão de Saúde, Dr. Cláudio? Fazer o questionamento, aprofundar, discutir com a sociedade. Agora, a sociedade, muitas vezes, não tem o conhecimento que vocês, tecnicamente, têm. Muitas vezes nós ficamos fazendo comportamentos que não tem nada a ver com a resolução dos problemas.

Agora, quero cumprimentá-lo, Leprevost, você tem dado mobilidade à Comissão de Saúde, tem dado visibilidade a ela e a todos os membros. Eu sou um cara que sempre questionei muito e questiono a mim mesmo há 500 anos, diariamente, e aí vem a minha postura lá no Plenário: na realidade, sou favorável a que todos os secretários pudessem vir sentar à Mesa na frente dos Deputados que são representantes da comunidade para discutir todo e qualquer problema. Pergunto a vocês: eu sou Líder da Bancada do PMDB, eu sou um homem ligado ao Governo, falo para o Cláudio Xavier, para o Martin e aos outros que estão aqui, aqui não tem ninguém com necessidade de esconder nada de ninguém! Eles conhecem a problemática e estão dispostos, lá na Secretaria e aqui, sempre para conversar, para responder, para aprender muitas vezes porque a vida é um eterno aprender.

Por isso, estou dizendo, não vejo a necessidade de rejeitarmos a vinda de quem quer que seja aqui. O Dobrandino pensa da mesma maneira que eu, mas decidida a caminhada eu me submeto à maioria, de maneira disciplinada. Eu coloco sempre essas questões por onde vou porque é aquele problema que eu não sei se comparei bem: você detectou a doença? "Detectei, está aqui a radiografia, tem isso aqui." Bom, qual é o remédio? "É esse". Então vamos atrás do remédio! Agora, a menina está ali cumprindo a obrigação dela de Líder de Sindicato da Saúde.

Agora, se o Governo tivesse todas as condições para resolver todas as demandas, logicamente que resolveria. Então, por quê não resolve? Porque estamos submetidos a uma ordem injusta, que continua deixando 25 milhões de analfabetos neste país, quando se deveria fazer um mutirão em todos os lugares. Tem um município nosso, aqui, que tem 28% de analfabetos. É uma doença. O analfabetismo é uma gravíssima doença, o camarada não é cidadão, ele não tem para onde ir, sem o mínimo que ele poderia ter como ser humano.

Fiquei satisfeito em vê-los aqui. Me estendi um pouco, Leprevost, mas gostaria de deixar essas reflexões. No meu entendimento, o Governo está no caminho certo. Existem problemas? Existem, eles estão sendo enfrentados de frente, ninguém está fugindo dos problemas que existem. Agora tudo tem um limite, não é?

Muito obrigado.

